



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2616, DE 2020

Retirada do PLP nº 19/2019 da pauta da Ordem do Dia.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 235, III, “d”, 7, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do PLP 19/2019, que “dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil”, da pauta da Ordem do Dia desta Sessão.

JUSTIFICAÇÃO

Um banco central autônomo dificulta a coordenação entre a política monetária e a política fiscal. O risco da perda de coordenação ficou bem mais evidente após a crise de 2008, quando o debate da política monetária mudou de figura. Com a crise financeira, os bancos centrais passaram a exercer um papel fundamental para manter taxas de juros baixas e criar moeda, gerando emprego e renda, sem impactar a inflação. É o que têm feito o FED (Banco Central americano), o Banco Central Europeu e o Banco Central do Japão, por exemplo.

No corrente ano, diversos países emergentes vêm ampliando gastos públicos e reduzindo juros para mitigar os efeitos da pandemia sobre a economia. Entre os exemplos, além do Brasil, temos Chile, África do Sul, México, Colômbia, Romênia, Coreia do Sul e Polônia, para citar alguns. Com as acentuadas reduções de juros, estes países poderão seguir o caminho das economias desenvolvidas, usando instrumentos não convencionais de política monetária (especialmente as políticas de *quantitative easing* – QE, por meio da compra de títulos públicos e privados e ampliação das condições de liquidez e crédito), ainda que com as devidas cautelas para evitar fuga de capitais e cambiais, já que suas moedas não são de reserva

internacional. Para tanto, deve haver coordenação entre as ações do Tesouro e Banco Central, o que será fortemente dificultado com um BC autônomo.

A situação atual mostra que há enorme risco em um cenário de possível autonomia do BC. Com a incerteza mundial, o mercado vem pressionando por aumento do prêmio de risco dos títulos públicos brasileiros. O BC tem instrumentos para reduzir as taxas dos títulos longos (dados pela EC 106/2020), mas vem dizendo que o problema é fiscal e requer manutenção do teto. O gráfico a seguir mostra a forte discrepância observada atualmente entre as taxas de juros de curto e longo prazos no Brasil, devido à falta de coordenação entre BC e Tesouro, mesmo em um cenário no qual a autonomia do BC é apenas operacional. Com a autonomia formal, a pressão do BC contra o Tesouro e o país poderá ser ainda maior, forçando aumento das taxas de juros.

Ante o exposto, solicito a retirada de pauta do projeto supramencionado, possibilitando o aprofundamento da sua discussão à luz do debate contemporâneo sobre a atuação da política monetária de forma coordenada com a política fiscal, de modo a colaborar com o crescimento econômico e a geração de empregos.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2020.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT

